



Revolução Industrial na Inglaterra: Um Novo Cenário na Idade Moderna

OLIVEIRA, Rosane Machado de [\[1\]](#)

OLIVEIRA, Rosane Machado de. **Revolução Industrial na Inglaterra: Um Novo Cenário na Idade Moderna**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 07. Ano 02, Vol. 01. pp 89-116, Outubro de 2017. ISSN:2448-0959

RESUMO

O presente artigo aborda o estudo sobre a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, no início do século XIII. Certamente, a Revolução Industrial se fortaleceu com mais ênfase a partir do século XVIII. Analisa-se, que o sistema de produção na Inglaterra estava ligado há um conjunto de invenções mecânicas, conjunto esse, ligado ao setor têxtil. O objetivo geral da pesquisa é aprofundar o estudo em torno dos acontecimentos que marcaram o surgimento da indústria na Inglaterra, e revolucionaram o meio urbano. O objetivo específico é compreender concretamente as mudanças no cenário camponês com a chegada das máquinas a vapor e das Indústrias têxteis, assim como, as profundas desigualdades entre patrões, operários, e a exploração da mão de obra adulta e infantil nas fábricas. O procedimento metodológico é de natureza qualitativa desenvolvida através de pesquisa bibliográfica exploratória. Através dos resultados obtidos em torno do assunto pesquisado, foi possível verificar, que a Revolução Industrial foi de fato, um momento revolucionário na história e na vida do povo inglês. Observa-se na Inglaterra, como havia práticas desumanas e alienadoras por parte da classe burguesa para com a classe do proletariado. Nota-se, como eram péssimas as condições nas quais sobreviviam os trabalhadores, assim como, a miséria que atingia toda classe do proletariado, onde ficavam expostos há doenças, ideologias, e as ordens da burguesia, sendo que os burgueses obtinham um total domínio sobre os operários. Contudo, percebe-se contemporaneamente, que a exploração da mão de obra nas fábricas continua, mas, com menos ênfase, pois o que pode ter alterado positivamente o cenário do século XXI, são as leis trabalhista que protegem os trabalhadores, e lhes garante direitos e dignidade enquanto pessoa humana.

Palavras-Chave: Burguesia, Exploração do Trabalho Humano, Sistema Capitalista, Proletariado, Revolução Industrial Inglesa.

1. INTRODUÇÃO

O estudo realizado tem por objetivo aprofundar a compreensão sobre a Revolução Industrial inglesa, assim como, ressaltar da melhor forma possível, as transformações ocorridas antes e depois do processo Revolucionário, do maquinário a vapor, e as implicações que causaram o novo cenário industrial na Inglaterra.

Sabe-se, que a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, foi uma conquista da classe burguesa, sendo que essa conquista industrial, não aconteceu do dia para a noite, pois muito antes da chegada da Industrialização, a Inglaterra era um país com uma economia fragilizada, que não visava lucros, e que estava longe de ser próspera, pois a população em geral vivia sob o regime do sistema feudal, dos senhores feudais donos de grandes propriedades rurais, e por haver extensas propriedades no campo, a economia era baseada, apenas na subsistência da população inglesa, onde os servos eram as pessoas que plantavam, e cuidavam da terra, assim como, realizavam a colheita de toda a produção da lavoura.

O tema escolhido e proposto neste artigo resultou de um longo processo de interpretação, interesse, investigação e de uma profunda pesquisa bibliográfica científica, no que diz respeito à Revolução Industrial na Inglaterra, assim como de análise crítica e compreensão reflexiva em relação ao assunto apresentado.

Com base em intensos estudos e pesquisas, pode-se acrescentar que, a Revolução Industrial na Inglaterra foi um processo revolucionário no período da Idade Moderna, a qual oportunizou um crescimento acelerado, tanto no meio urbano, como no meio industrial. A revolução restaurou a economia inglesa, sendo que essa restauração foi um dos pontos positivos da industrialização. Por outro lado, a mão de obra do proletariado foi substituída pelas máquinas, onde a classe trabalhadora perdeu totalmente a independência que tinha em sua produção no sistema doméstico, e passaram a trabalhar fora de suas casas, e ser vigiados nas grandes indústrias, assim como, explorados e oprimidos, onde crianças e adultos trabalham apenas para obter seu sustento, o pão de cada dia. A classe do proletariado não era mais dona do seu trabalho, mas sim, tinham que seguir as inovações, e a produção acelerada das máquinas, sem saber o resultado final do produto.

A abordagem metodológica é de natureza qualitativa, sendo desenvolvida através de pesquisa bibliográfica exploratória (livros didáticos, de metodologia científica, revistas, jornais, dicionários, entre outros.). Em relação à pesquisa qualitativa, Gil 2008 acrescenta:

Vale-se de procedimentos de coleta de dados os mais variados, o processo de análise e interpretação pode, naturalmente, envolver diferentes modelos de análise. Todavia, é natural admitir que a análise dos dados seja de natureza predominantemente qualitativa (GIL 2008, p.141).

Através de estudos críticos sobre o tema, (Revolução Industrial na Inglaterra), foi possível elaborar o seguinte problema de pesquisa científica.

Quais as mudanças que o processo de Industrialização na Inglaterra ocasionou com a utilização das máquinas a vapor e com a exploração do trabalho adulto e infantil?

Em questão á tal problematização, é possível afirmar, que as mudanças foram vistas e sentida em larga escala, principalmente sentida na pele da classe trabalhadora, o proletariado. Antes da revolução, o país baseava-se em uma economia totalmente rural com produção agrícola, apenas para a sua subsistência da população inglesa. Contudo, com a chegada da industrialização, com o aperfeiçoamento das máquinas a vapor, o processo econômico mudou radicalmente na Idade Moderna, sendo que a economia e o trabalho alteraram a sociedade inglesa da época. Os camponeses foram obrigados a sair do campo onde moravam com suas famílias, para ir morar na cidade, em busca de atender aos interesses da classe burguesa, e as demandas do trabalho que as fábricas exigiam, onde a burguesia “dona do capital” almejava lucros cada vez maiores em seus produtos industriais, com menores custos de matéria prima, com uma produção acelerada e um controle radical sobre os operários, (crianças, adultos e até idosos).

O resultado do estudo oferece possibilidades significativas de compreensão sobre a Idade Moderna – Industrial. Possibilidades, para estudiosos, historiadores, professores, curiosos e especialistas da área, que buscam saber de fato a função da industrialização, do capitalismo “exagerado” e alienado, da miséria da classe do proletariado, e da intensa exploração da mão de obra da classe trabalhadora.

2. AS MUDANÇAS NO SISTEMA INGLÊS COM A CHEGADA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA INGLATERRA

Nos dias de hoje, na Idade Contemporânea, se faz necessário refletirmos profundamente sobre as mudanças ocorridas no passado, para então, compreendermos o nosso presente, com mais lucidez e sensatez. Certamente, as modificações fazem parte da vida humana, das ideologias, dos costumes, das histórias, e da maneira como cada sociedade vive e se transforma com o passar do tempo, com base em sua cultura, crenças, tempo, espaço, valores, economia, entre outros fatores.

É natural, a curiosidade que surge contemporaneamente, quando falamos da industrialização na Inglaterra. A Revolução Industrial Inglesa revolucionou o modo de produção, a qual chegou acompanhada de muitas conquistas, no sistema fabril-capitalista. Desde então, há vários questionamentos em torno do assunto, assim como, ideias, afrontas e opiniões, por parte de pesquisadores, historiadores, curiosos, educadores entre outros. Os questionamentos que surgem com o tempo, época após época, são normais na sociedade, pois a busca pelo conhecimento e pela pesquisa ativa e concreta faz parte da vida do ser humano, da trajetória de lutas e conquistas, e do gosto pelo saber.

Verifica-se, que até o final do século XV, a Inglaterra era mais um país que vivia sob o regime do sistema feudal, com base em uma economia que visava apenas à subsistência da população inglesa, e para isso, utilizavam da agricultura, e de pequenos artesanatos, assim como, da força do trabalhador camponês, do cultivo de gado, e de ovelha para a produção de lã. Durante a Idade Média europeia, a produção artesanal era realizada inicialmente em um sistema familiar, que não almejava comércio, e destinava apenas a atender às pequenas necessidades do povo europeu.

Por volta do século XVI, com a economia deixando de ser local, os comerciantes começaram a fornecer a matéria-prima aos trabalhadores fora da jurisdição das corporações e a controlar a comercialização do produto final. Surgiu o sistema que ficou conhecido como putting-out na Inglaterra, no qual aparecia a figura do comerciante capitalista, isto é, o intermediário entre a produção e comercialização.

Nesse sentido pré-fábrica, os trabalhadores, além de produzir em suas casas e possuir as ferramentas necessárias para a concretização das atividades, detinham o controle das técnicas e do processo de trabalho que empregavam. Sobre o sistema familiar doméstico, Hubermam (1986) acrescenta:

Produção realizada em casa para um mercado em crescimento. Era desenvolvida pelo mestre artesão com ajudantes, tal como no sistema de corporações, porém com uma diferença importante – os mestres já não eram independentes. Eles tinham ainda a propriedade dos instrumentos de trabalho, mas dependiam para a matéria-prima um intermediário empreendedor que se interpusera entre eles e o consumidor. (HUBERMAM, 1986, p. 104-106)

Ainda assim, surgiram vários conflitos entre comerciantes e trabalhadores, porque, frequentemente, a matéria-prima entregue aos artesões era de qualidade inferior, havia desvio de parte da produção e nem sempre o preço combinado entre as partes era pago, além do atraso na entrega de mercadorias.

A origem da fábrica moderna está relacionada aos conflitos inerentes ao putting-out system. Ao comerciante capitalista, esse sistema permitia o controle da matéria-prima, mas não do processo de fabricação, o que facilitava uma série de ações de resistência dos trabalhadores.

A especialização parcelada, característica do putting-out system, fez desaparecer só um dos dois aspectos, do controle operário da produção, o controle sobre o produto. O controle operário do processo de trabalho ainda continuava total, o trabalhador era livre para escolher as horas e a intensidade do trabalho. Essa liberdade só foi lhe tirada pela fábrica. Assim a tese que vamos defender será, a concentração de operários nas fábricas foi uma consequência lógica do putting-out system. O segredo do sucesso da fábrica, o motivo de sua adoção, é que ela tirava dos operários e transferia aos capitalistas o controle do processo de produção. Disciplina e fiscalização podiam reduzir custos. (MARGLIN, 2001, pp. 56-58)

Os conflitos entre trabalhadores e comerciantes levaram estes últimos a criar grandes galpões (fábricas) onde pudessem observar, controlar e até punir os trabalhadores.

A criação do sistema de fábricas retirou o mestre e seus ajudantes da oficina artesanal, retirou as pessoas da pequena indústria doméstica, colocando-as em um local de trabalho específico e informando-lhes que teriam de trabalhar durante um tempo específico. (HUBERMAN, 1986; GORZ, 2003).

De modo geral, a economia estava longe de ser próspera e abaixo do nível de outros países europeus. Contudo, essa situação mudou radicalmente, quando os ingleses conseguiram aumentar suas exportações para os Países Baixos e para a Alemanha, primeiramente, a exportação era dos produtos brutos, mas foi com o avanço tecnológico e com o desenvolvimento de técnicas agrícolas, industriais e de manufaturas que os ingleses começaram a exportar seus produtos, permitindo o início do desenvolvimento econômico inglês ainda no século XVI.

De fato, a burguesia almejava uma economia forte e crescente, que visasse lucros de seu interesse, assim como, um controle social sobre a classe trabalhadora no processo de industrialização das fábricas. Nesse novo contexto – o da fábrica, e da acumulação capitalista – o trabalho não é mais um elemento da vida doméstica que se “mistura” com outras atividades, em que o homem que trabalha impõe um ritmo às suas tarefas (THOMPSON, 1991).

A população carente do interior foi forçada a sair do campo, onde realizavam suas pequenas atividades artesanais e agrícolas, para residir na cidade, com o objetivo de desenvolver o trabalho nas fábricas. Como se pode verificar, na cidade havia pouca mão-de-obra para o trabalho nas fábricas, sendo que o povo do campo seria a “solução” que os burgueses precisavam naquele momento industrial. A classe do proletariado era vista pela classe burguesa, como pessoas “miseráveis, famintas, necessitadas e empobrecidas”.

Não é assustador relembrar, que por muitas vezes, as pessoas da classe do proletariado, não eram considerados “pessoas humanas, ou seja, gente civilizada” naquela sociedade burguesa, sendo que a classe capitalista almejava lucros altíssimos, com menores custos na produção, assim como um processo de produção acelerado, através da exploração do trabalho de toda a classe do proletariado.

Desde meados do século XVIII, a mecanização da produção vinha aumentando, o que pode ser sentido, primeiramente, no setor têxtil.

A primeira máquina a vapor amplamente usada foi criada em 1712 pelo inventor Thomas Newcomen, ferreiro de Devonshire, que se baseou na bomba a vapor de Thomas Savery. Em 1733, John Kay, carpinteiro e tecelão inventou a lançadeira mecânica volante, que aumentou a rapidez na fiação,

multiplicou a produtividade por quatro e permitiu que as peças fossem mais largas que as produzidas pelas mãos dos trabalhadores. No mesmo ano, John Wyatt e Lewis Paul inventaram a primeira máquina de fiar com oito fusos. Em 1768, Arkwright inventou o tear hidráulico (movido á água ou a tração animal), por meio do qual os fios se tonaram mais resistentes. Em 1769, James Watt da Escócia, matemático e engenheiro, começou a trabalhar no aperfeiçoamento da máquina a vapor, a qual permitiria substituição das formas de energia conhecidas e utilizadas até então por outra – o vapor produzido por caldeiras movidas a carvão -, capaz de manter movimento contínuo, potente e estável ao menor custo possível. Abaixo na figura 1, podemos ver a máquina a vapor.

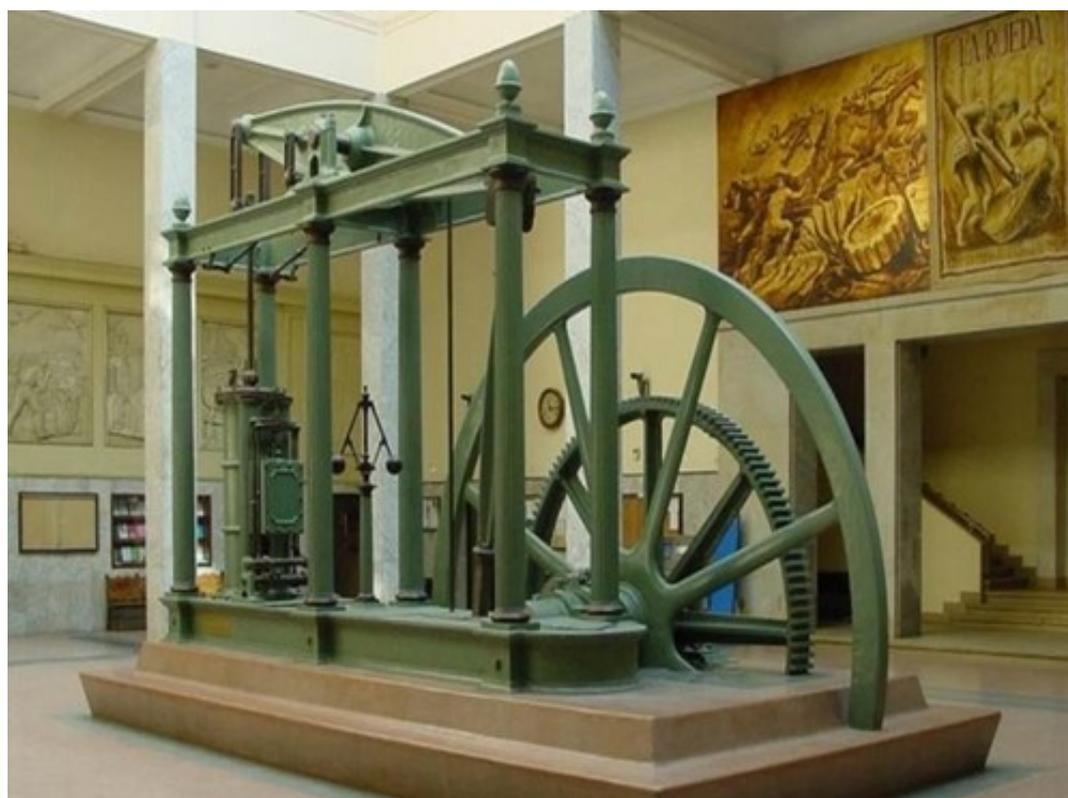


Figura 1 - A máquina a vapor não foi só inventada por James Watt, mas também, Thomas Newcomen (a quem raramente é atribuído este crédito). James Watt é considerado o criador da máquina a vapor, por produzir os avanços que seriam decisivos a esta nova tecnologia. Fonte: http://www.notapositiva.com/old/pt/trbestbs/historia/maquina_vapor_d.htm

Nas décadas seguintes, o invento de James Watt, foi novamente aperfeiçoado e utilizado em diversas aplicações – de máquinas têxteis a motores para navios e locomotivas. A máquina a vapor aperfeiçoada de James Watt, teve um imenso impacto como fonte de energia, pois a água aquecida pelo carvão produzia o vapor que movia as máquinas. Antes da invenção de James, as fontes de energia utilizadas eram muscular (humana ou animal), a dos rios e do vento. A energia a vapor foi logo empregada de maneira econômica e eficiente para movimentar as próprias máquinas e no bombeamento de água das minas de carvão.

Em 1779, Samuel Crompton aliou a qualidade do fio conseguido por Arkwright á produtividade em sua nova máquina, e, em 1785, o relevante Cartwright adaptou a máquina a vapor ao tear, aumentando significativamente a produção. Na esteira da produção das máquinas a vapor, entre 1804 a 1823, vários modelos de locomotivas a vapor foram criados, dentre as quais a de George Stephenson (1814) foi a mais eficaz. Antes disso, entretanto, surgiu o primeiro barco a vapor nos (Estados Unidos), criado por Robert Fulton (muito embora James Rumsey e John Ficht já tivessem idealizado um protótipo).

As conquistas das máquinas, não aconteceram de um ano para o outro, como ressaltado acima, o processo de construção e experiência do maquinário, ocorreu gradativamente, onde, é possível analisar que, durante esse processo, várias máquinas construídas pelo homem, não obterem sucesso na produção e na aceleração do trabalho. Mas, foi graças à força de vontade do homem e a fé em fazer a diferença no espaço e no tempo que vivia, que o homem conseguiu anos após anos, adaptar peças, modificar técnicas, alterar ferramentas de trabalho, desmanchar e reconstruir se necessário, na busca de aperfeiçoar as máquinas, com base apenas, na sua inteligência e na capacidade humana da época.

Não há como negar que os cercamentos podem ser pensados, como o primeiro movimento no sentido de mudar as relações de produção que orientavam a Inglaterra. Esse conjunto de leis se iniciou ainda no século XVI, mas tomaram fôlego a partir do século XVIII. De forma simplificada, essas leis consistiam num processo de privatização de terras, que usualmente seriam de uso coletivo. Aos poucos o processo de cercamento foi retirando dos camponeses à possibilidade de utilizar essas terras, transformando-as em terras a serem arrendadas. Pode-se afirmar, que os cercamentos foram atitudes antiética e democrática, de um grupo de pessoas que almejavam apenas o seu bem próprio e não o bem comum, não pensavam, não se colocavam na situação no outro, na condição do homem do campo que vivia de seu trabalho rural, para obter o sustento de toda sua família.



Figura 2 - O cercamento dos campos foi autorizado pelo Parlamento aos grandes proprietários de terras rurais, para cercarem terras de uso comum. Fonte: <https://clionainternet.wordpress.com/2012/06/13/porque-a-revolucao-industrial-ocorreu-primeiro-na-inglaterra/>

Como pode-se ver na figura número dois, os cercamentos geraram a expulsão dos camponeses em massa de suas terras, ou de terras que os mesmos tinham arrendadas, obrigando os camponeses a sair do campo com suas famílias, ou seja, do lugar onde era “o lar dos camponeses”, para atender as necessidades de uma classe burguesa, de uma minoria de pessoas da cidade, que buscavam riquezas, prestígio e poder através da omissão, da exploração dos mais indefesos, com base em injustiças, torturas, ameaças e uma total desumanidade.

A Revolução Industrial não poderia ter se desenvolvido sem o carvão e o minério de ferro. O carvão fornecia a energia para acionar as máquinas a vapor e era necessário para a fabricação do ferro. Este era usado para aperfeiçoar as máquinas e as ferramentas, e para construir pontes e navios. As grandes jazidas de carvão e minério de ferro do Reino Unido contribuíram para transformar o país na primeira nação

industrial do mundo. Em longo prazo, esse processo acabou expulsando do campo uma parcela considerável da população, que, impedida de acessar os bens-comuns – agora arrendados -, não conseguiram mais manter-se com a produção de suas pequenas propriedades. Disso resultou uma migração para as cidades, onde esses antigos camponeses buscavam melhores condições de vida.

Os ingleses passaram a contornar seus próprios limites – como a escassez de matérias-primas essenciais para a produção -, por exemplo, substituindo a madeira pelo carvão como combustível e desenvolvendo novas técnicas de fundição de ferro e chumbo, para a produção de armamentos mais leves e baratos para a exportação, e fez tudo isso enquanto aumentava a importação de madeira – principalmente dos países escandinavos – para uso na indústria da construção naval. A conquista de novos territórios, principalmente dos que viriam a formar os Estados Unidos, também contribuiu para o desenvolvimento econômico inglês. A Inglaterra, diferentemente da Espanha e Portugal – que gozavam de colônias ricas em recursos -, precisava conseguir capital por outros meios, como por via do comércio internacional.

Na Inglaterra, antes da Revolução Industrial, a produção de bens era realizada de modo artesanal e manual e, em alguns casos, com o emprego de algumas máquinas simples que facilitavam a confecção de produtos. O trabalho era feito em baixa escala e o processo de produção era muito demorado. Com o início da Revolução Industrial e a inserção de máquinas com tecnologias mais sofisticadas, os trabalhadores passaram a ser empregados em indústrias, perdendo a posse da matéria-prima, do produto em si e, principalmente, do lucro. Como vimos, os artesões saíram das suas oficinas, perderam sua autonomia, não eram mais donos do que produziam, foram expropriados de seus saberes e de suas ferramentas (MARX, 1968). Do controle que os trabalhadores tinham sobre o seu trabalho, e sobre o que produziam, passaram a ser controlados no trabalho.

A evolução dos meios de produção, aliada ao desenvolvimento tecnológico, não impactou somente as áreas econômica e tecnológica, mas também a área social, levando ao êxodo rural e ao aumento populacional nas cidades, que ofereciam condições precárias de existência para os menos abastados. As fábricas eram insalubres, as jornadas de trabalho chegavam a 80 horas semanais e os salários eram baixos.

Como não havia leis trabalhistas que regulamentassem o trabalho infantil, era comum que famílias inteiras trabalhassem como operários. A Inglaterra foi pioneira em adotar e desenvolver novas tecnologias na produção de bens, aderindo a políticas econômicas liberais ainda no século XVIII. Antes da liberalização econômica, as atividades industriais e comerciais eram realizadas com base no sistema de guildas, o qual limitava a inovação tecnológica e a entrada de concorrência no mercado. Após a Revolução Industrial Inglesa, que trouxe estabilidade ao sistema capitalista e, assim, fez expandir os investimentos e ampliar os lucros, a burguesia inglesa obtinha cada vez mais capital, conseguindo financiar fábricas, adquirir matérias-primas e maquinários, além de contratar e manter trabalhadores. Portanto, segundo Beaud (1987), o cenário inglês era o mais apropriado para o início do processo de

industrialização:

Assim se inicia na Inglaterra a transformação capitalista da produção, da qual um aspecto será enfatizado sob o nome de “revolução industrial”: a dominação colonial, o comércio mundial, o capitalismo mercantil ocasionam, com o desenvolvimento das trocas, o crescimento do fornecimento de produtos básicos (chá, açúcar, algodão) e o crescimento de mercados (têxteis, produtos manufaturados); as enclosures e a primeira modernização da agricultura fornecem um proletariado desenraizado e disponível; o espírito científico e técnico aplicado á produção suscita um seguimento de invenções que fazem uma bola de neve; capitais disponíveis, originários especialmente do comércio e da agricultura, permitem a construção de fábricas. A produção vai crescer patentemente, o assalariado se expandir e as lutas operárias se multiplicarem e se organizarem. (BEAUD, 1987, p. 107-108)

No início desse processo industrial, não havia uma unidade entre os indivíduos que compunham os operários empregados nas fábricas – foram os camponeses expulsos do campo, os soldados licenciados, os moradores da cidade sem profissão definida, enfim, todos os que precisassem de um trabalho. Portanto, cabia ao empregador o treinamento dessas pessoas para que pudessem operar e funcionar tão bem quanto às máquinas que passaram a ser utilizadas na produção.

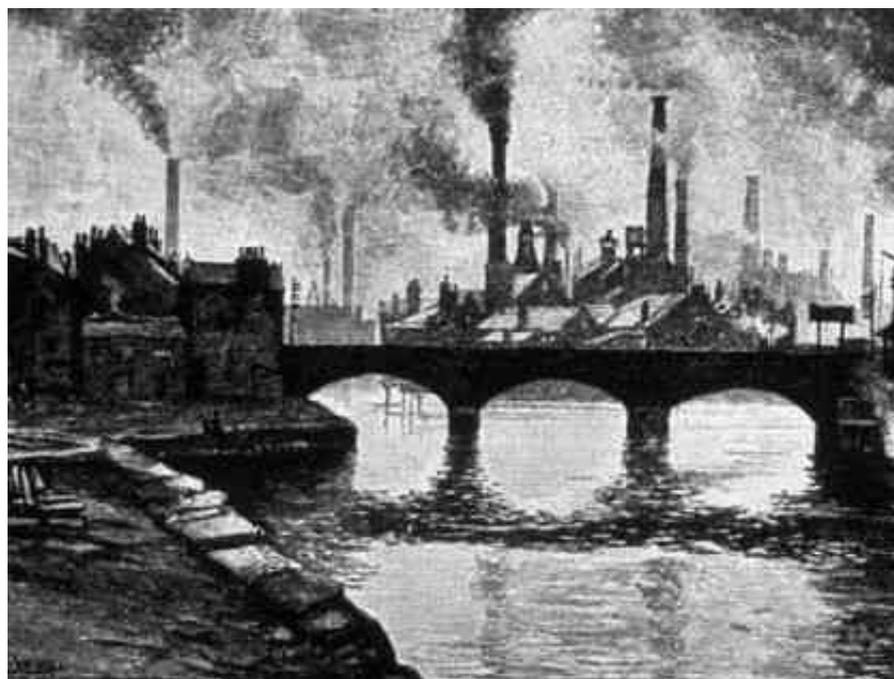


Figura 3 - Ilustração da paisagem inglesa durante a Revolução Industrial. As grandes chaminés expelindo fumaça representava desenvolvimento, tanto da produção, quanto da economia e das cidades. Fonte: <http://www.infoescola.com/historia/revolucao-industrial/>

Na época da industrialização na Inglaterra, as grandes chaminés expelindo fumaça, representava para o

povo inglês, o desenvolvimento industrial, capitalista, e urbano – das cidades. Isto é, um crescimento populacional, um sistema capitalista gerado em torno da exploração do trabalho do proletariado, com base em uma produção acelerada que visava altos lucros na exportação das mercadorias para outros países. Contudo, o processo inicial da industrialização apesar de ter gerado lucros para a classe burguesa, e movimentado a economia do país, causou também, um grande impacto na vida da classe trabalhadora – dos operários, assim como, um impacto ambiental, contaminando o solo, a água e o ar.

Com o surgimento da industrialização, os rios foram contaminados pouco a pouco pelos esgotos das fábricas, mosquitos, ratos, pulgas, bactérias e doenças foram se proliferando, e se alojando nas cidades, nas casas dos trabalhadores, e pestes foram surgindo de uma maneira alarmante, como foi o caso da peste negra.

Se as oficinas de ofícios, lugares onde anteriormente eram produzidos os bens que circulavam na sociedade, tinham uma dinâmica específica na qual, muitas vezes, o trabalho era organizado no ritmo da “inspiração” de seu mestre, a fábrica não pôde, de forma alguma, conviver com essa instabilidade. Ela necessitava de operários que fossem disciplinados, eficientes e produtivos:

No interior da fábrica, cada um tem seu lugar marcado, a tarefa estreitamente delimitada e sempre a mesma; todos devem trabalhar regularmente e sem parar, sob o olhar do contramestre que o força á obediência mediante a ameaça da multa ou da demissão, por vezes até mesmo mediante uma coação mais brutal. (BEAUD, 1987, p. 108)

Certamente, foram às relações sociais, econômicas, culturais e de poder que viabilizaram a aceleração do processo de industrialização primeiramente na Inglaterra. Ainda segundo Hobsbawm (1977), muito mais que as inovações tecnológicas aplicadas á produção, foram às inovações sociais as que favoreceram às modificações.

Um considerável volume de capital social elevado – o caro equipamento geral necessário para toda a economia progredir suavemente – já estava sendo criado, principalmente na construção de uma frota mercante e de facilidades portuárias e na melhoria das estradas e vias navegáveis. A política já estava engatada ao lucro [...]. No geral, todavia, o dinheiro não só se falava como governava. Tudo que os industriais precisavam para serem aceitos entre os governantes da sociedade era bastante dinheiro. (HOBSBAWM, 1977, p. 22)

Cabe lembrar, que essas transformações não acompanharam mudanças imediatas na estrutura jurídica vigente, pelo menos no que tange á regulamentação das relações de trabalho. Isso significa que, embora a organização da produção estivesse sendo alterada em um ritmo acelerado, isso não foi acompanhado por um aparato jurídico que garantisse qualquer segurança aos trabalhadores ou mesmo orientasse sobre quais

parâmetros essas relações deveriam se desenvolver, ficando, então, ao encargo do empregador definir como se dariam tais relações. Isso tudo ocorria em um Estado que se constituía sob os moldes de um liberalismo econômico e político, assim, marcadamente não intervencionista no tocante às relações que se estabeleciam no mercado. Todavia, isso não pode ser dito quando o objeto de sua atuação era a contenção de movimentos que tentassem, de alguma maneira, organizar os trabalhadores.

Não demorou muito para a Inglaterra passar a exportar seu modelo de produção. Após 1830, a produção industrial se expandiu para outros países, principalmente para os da Europa e os Estados Unidos.

A Revolução Burguesa na Inglaterra mudou a realidade social, política e econômica da época. A burguesia também passou a dominar a economia, o que levou a Coroa Inglesa a aumentar os impostos sobre a classe burguesa, resultando em um levante contra o Rei Carlos I, o qual, mesmo com o apoio das forças britânicas do Norte e do Oeste, perdeu a guerra civil. Oliver Cromwell, então assumiu o controle do país durante uma década, implantando instituições liberais e instaurando o estado de exceção no país. A Inglaterra que muito aprendeu observando o desenvolvimento holandês, estabeleceu em 1651 um conjunto de leis marítimas, onde, Cromwell publicou os (Atos de Navegação), visando transformar a política holandesa de *Mare Liberum* em *Mare Clausum*. Esta última consistia em implantar restrições quanto à nacionalidade dos navios e dos comerciantes que realizavam negócios com a Inglaterra. Ao mesmo tempo, os ingleses ascendiam no comércio internacional, tornando-se uma potência naval, e entravam cada vez mais em batalhas marítimas com os holandeses, que ficaram impedidos de realizar comércio e prestar serviços aos ingleses. Posteriormente, em 1694, foi criado o banco da Inglaterra, com funções típicas de um banco central – mesmo que ainda não pudesse ser assim considerado, que se tornou o principal motor financeiro para a expansão comercial inglesa pelo mundo.

Esses acontecimentos, juntamente com o desenvolvimento comercial e tecnológico, levaram a Inglaterra ao status de maior potência marítima no início do século XVIII, no lugar da Holanda. Amsterdã havia sido substituído por Londres como capital econômica europeia. Outras cidades e centros industriais cresceram em território inglês, também foi criada a Companhia Britânica das Índias Orientais.

Os ingleses, assim como a Holanda já havia feito, começaram a oferecer serviços de transporte e seguros aos outros países, bem como títulos de investimentos, além de garantia de busca constante pelo fortalecimento de seu comércio internacional. Em decorrência da sua posição geográfica, era necessário dispor de uma grande marinha mercante, a qual sustentou o desenvolvimento de sua economia ao redor do globo. As rotas marítimas iniciadas por Espanha e Portugal eram então utilizadas pela Inglaterra, o que, conseqüentemente, além de enriquecimento e desenvolvimento industrial, resultou em um fortalecimento de um importante corpo naval para suprir a necessidade primordial do Estado moderno durante as relações internacionais modernas: a segurança de sua população e a manutenção de recursos e poder. A Inglaterra, por exemplo, ocupava uma posição pioneira. Como grande exportador, mantinha

entrepostos de comércio com as Américas, as Índias, a Europa mediterrânica, a Europa do Báltico, entre outros, e todas as relações necessárias para a manutenção desse intenso comércio teve influências diretas nas transformações que, aos poucos, a Inglaterra sofreria. É possível pensar, por exemplo, que o desenvolvimento do comércio triangular (Holanda, Inglaterra, França, Espanha e Portugal), e da marinha mercante foi fundamental na constituição das cidades portuárias londrinas.

É importante frisar, também, que a necessidade de escoar os produtos até os portos pressionava constantemente o sistema de transporte inglês a se desenvolver mais e mais rápido. A abertura dos canais de navegação no interior da Inglaterra está ligada a esse contexto, pois esses canais influenciaram fortemente o desenvolvimento de uma indústria têxtil e do transporte de hulha, carvão e ferro.

Soma-se a isso o fato de que, desde o século XVII, o absolutismo havia sido eliminado da Inglaterra, assim, a parcela política mais conservadora, geralmente ligada à monarquia, já não tinha mais tanta influência no comando do país, no seu lugar, a burguesia, mais aberta às transformações, ascendeu ao poder. De fato, uma parcela da população que antes estava ligada à terra e à produção agrícola foi forçada a migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida, formando, assim, o novo grupo de trabalhadores que foi ocupado nas fábricas. Com a introdução das fábricas e das inovações tecnológicas, esse processo sofreu rápidas mudanças. A fábrica tornou possível um maior controle, por parte do empregador, do trabalho desempenhado por seu empregado, do qual foram exigidas cada vez mais eficiência, rapidez e qualidade na produção.

E nesse sentido, o sistema de fábrica representou a perda desse controle pelos trabalhadores domésticos. Na fábrica, a hierarquia, a disciplina, a vigilância e outras formas de controle tornaram-se tangíveis a tal ponto que os trabalhadores acabaram por submeter-se a um regime de trabalho ditado pelas normas dos mestres e contramestres, o que representou, em última instância, o domínio do capitalista sobre o processo de trabalho. (DECCA, 1981, p. 24)

A mecanização do trabalho estabeleceu uma maior especialização das tarefas, fazendo com que os trabalhadores fossem cada vez mais distanciados do controle do sistema de produção, além disso, o agrupamento de todos os trabalhadores em um único lugar e sob a supervisão de alguém “externo” ao processo (gerente/contramestre) determinou o ritmo da produção.

Segundo Engels (1986), o surgimento dessas indústrias alterou as relações sociais que organizavam a Inglaterra nesse período.

Ao adquirir importância, a grande indústria transformou os utensílios em máquinas, as oficinas em fábrica e, desse modo, a classe trabalhadora média em proletário operário, e, os negociantes de outrora em industriais; [...] aos mestres e companheiros de outrora sucedera os grandes capitalistas e operários sem

perspectiva de se elevarem acima da sua classe; o artesanato industrializou-se, a divisão do trabalho operou-se com rigor, e os pequenos artesões que não podiam concorrer com os grandes estabelecimentos foram atirados para as fileiras da classe proletária. (ENGELS, 1986, p. 26)

A classe trabalhadora desde o início da industrialização estava exposta, disponível á total exploração dos capitalistas burgueses, sendo que os operários não encontravam no Estado nenhum tipo de restrição ou orientação legal para efetivação das relações trabalhistas. Jornadas de trabalho intensas, baixos salários, utilização de mão de obra infantil, entre outras coisas, faziam parte do cotidiano dos trabalhadores. Não se pode negar, que o processo industrial iniciado na Inglaterra, foi um tempo de desenvolvimento, mas também um tempo de “horror”. Horror, não para quem sonhava com o capital, tipo – a burguesia, mas para a classe trabalhadora – o proletariado, horror por não haver uma relação de igual para igual, de humanidade nas relações de trabalho entre patrões e trabalhadores, horror por não existir nenhuma lei sequer, que defendesse o trabalhador enquanto pessoa humana digna de consideração perante o trabalho realizado horas após horas nas fábricas, horror por haver relatos de pessoas que viveram e conheceram a realidade da época, e acrescentaram; (Que as moradias eram tão precárias e expostas á doenças, que nem um “cavalo” poderia ser alojado naquele ambiente), um horror também, por saber que crianças tão indefesas, perderam toda sua infância trabalhando, sem ao menos, tocar num brinquedo, além de não terem brinquedos, porque o que ganhavam nas fábricas oportunizava apenas o sustento das famílias, não havia saúde, muito menos consultas gratuitas, ou remédios, assim como, não havia comida de qualidade ao povo operário, nem mesmo, educação, solidariedade, democracia e um espírito de fraternidade.



Figura 4 - A triste realidade das fábricas na Idade Moderna, (A Exploração do Trabalho Infantil). Fonte: <http://arautodaverdadeblog.blogspot.com.br/2012/11/as-condicoes-de-trabalho-durante.html>

A utilização da mão-de-obra infantil, principalmente nas tecelagens, vidrarias e minas de carvão, foi outra característica do sistema fabril no período. Documentos de época comprovam a existência de emprego de crianças a partir de quatro anos de idade. Muitas vezes, eram elas as responsáveis pelo conserto de máquinas quebradas, visto que o espaço de tempo era muito pequeno para que um adulto as consertasse.

Como diz o ditado popular “a imagem por si só diz tudo”, a figura das três meninas que compõem a fotografia, é da época industrial na Inglaterra, certamente a imagem é chocante, principalmente por se tratar de crianças trabalhadoras. A época industrial na Idade Moderna foi um marco de exploração do trabalho humano, onde, escravizou crianças, jovens, adultos e até mesmo pessoas idosas. A figura acima, na qual as crianças aparecem sujas, mal vestidas, cabelos despenteados, com um olhar de seriedade, de tristeza, e com uma aparência de “pessoa adulta”, causa certo espanto, e indignação, assim como, desperta sentimentos de solidariedade e uma forte emoção em torno da imagem retratada das crianças das fábricas. De fato, nota-se que só de olhar para as crianças na figura, pode-se perceber que são crianças tão pequenas, mas ao mesmo tempo com um compromisso de pessoa adulta, e madura diante das tarefas a ser realizadas, sendo tais tarefas, chamada de (trabalho). Percebe-se, que as crianças da classe do proletariado, foram muito exploradas, mal tratadas, sem direito à escolarização, a educação e a moradia decente, pois para a burguesia inglesa o que contava eram os lucros do trabalho humano, tanto do trabalho infantil, quanto do trabalho adulto, sendo que um processo democrático, coletivo e de humanização social, jamais foi pensado e refletido na sociedade inglesa da Idade Moderna.

Contemporaneamente, é muito triste acreditar, que as crianças carentes da Idade Moderna, não tiveram acesso e muito menos direito há várias regalias das quais deveriam obter, principalmente, um processo de escolarização/ educação de qualidade. Como acrescentado acima, tais crianças, não obtiveram direito a educação, a alimentação de qualidade, a moradia digna/ decente, como também, acesso a medicamentos e tratamentos de saúde. Essa situação foi uma dura e triste realidade que existiu no tempo das fábricas na Inglaterra, onde milhares de crianças foram obrigadas a trabalhar nas fábricas para ajudar seus pais no sustento da família, isso, para garantir o pão de cada dia. O trabalho reunia as famílias nas fábricas, pois as crianças trabalham nas fábricas junto com seus pais, e recebiam tão injusto salário, que oportuniza apenas a sobrevivência muito banal das famílias.

Pode-se concluir que, o trabalho nas fábricas na Idade Moderna, nada oferecia para os trabalhadores em questão de gratificação, proteção, ou qualquer direito trabalhista, mas, muito pelo contrário, os patrões das fábricas exploravam ao máximo a força de trabalho do proletariado e de toda sua família, sendo que, o que as famílias ganhavam nas fábricas, mal oportuniza a sobrevivência/ alimentação de toda a classe trabalhadora. Na época industrial, as crianças eram obrigadas a trabalhar nas fábricas e cumprir uma jornada exaustiva de trabalho, de no mínimo 16 horas diárias, e sem descanso algum, para não intervir na aceleração da produção.

As crianças foram vítimas da exploração do trabalho, foram escravas das máquinas, assim como foram alienadas pelos senhores poderosos, os donos das fábricas, os burgueses. O capitalismo sem noção da classe burguesa na Inglaterra gerou uma profunda ruptura no sistema social, cultural e educacional.



Figura 5 - A condição das crianças diante do trabalho nas fábricas. Fonte:<http://arautodaverdadeblog.blogspot.com.br/2012/11/as-condicoes-de-trabalho-durante.html>

Nessa outra imagem, podemos observar dois meninos, um trabalhando descalços, já o outro com calçado, mas os dois meninos com roupas muito simples e sujas.

Portanto, pode-se ressaltar que não havia “humanidade e sensibilidade” por parte dos patrões burgueses, para com a classe do proletariado, sendo a classe do proletariado carente de recursos para sobreviver, e tratados como mendigos nas mãos dos senhores capitalistas. As condições de salubridade nas fábricas eram as piores possíveis, como também eram insalubres as residências que os trabalhadores ocupavam.

Engels dedicou todo um livro á denúncia das condições de vida a que estavam expostos esses trabalhadores. Para tanto, apresentou relatos de comissários de investigação, pastores, padres e missionários que descrevem minuciosamente as condições a que estavam submetidos. Num desses relatos, um comissário apresentou o seguinte:

Vi aqui e no continente a miséria em alguns dos seus piores aspectos, mas antes de ter visitado os wynds de Glasgow não acreditava que tantos crimes, miséria e doenças pudessem existir em qualquer país civilizado. Nos albergues de categoria inferior dormem, no mesmo chão, dez, doze e por vezes vinte

peças dos dois sexos e de todas as idades, numa nudez mais ou menos total. Estes alojamentos estão normalmente (generally) tão sujos, úmidos e arruinados que ninguém se alojaria, neles, o seu cavalo. (ENGELS, 1986, p. 49)

Não é difícil perceber que a situação da classe trabalhadora não era nada confortável, embora necessária para o aumento da produção industrial, nem por isso sua existência era vista com bons olhos pela maioria dos capitalistas do período, principalmente porque, ao mesmo tempo que, surgiram as doutrinas liberais (liberalismos econômicos e político), foram também, produzidas propostas de cunho socialista voltadas aos interesses das classes trabalhadoras.

Há algum tempo pensadores do período vêm discutindo a situação das classes trabalhadoras diante do processo da Revolução Industrial e apontando que elas necessitavam de mecanismos que as protegessem minimamente naquele cenário.

Alguns movimentos de resistência acabaram aparecendo, na maioria das vezes, de forma não muito organizada. Foi o caso, por exemplo, do movimento ludista. Resumidamente, os ludistas culpabilizaram a entrada das máquinas no sistema produtivo pela situação em que se encontravam. Para eles, seriam as máquinas as responsáveis pelas alterações sentidas no sistema produtivo, uma vez que elas causaram o desemprego e o barateamento do custo da mão de obra. O autor Henderson, nos auxilia na compreensão do movimento ludista.

O movimento ludista na Inglaterra, que atingiu o auge em 1811-1812, começou como um levantamento dos fabricantes de meias no condado de Nottingham. Nessa altura, a manufatura de meias era ainda uma indústria caseira. A malha produzia-se em máquinas manuais, em pequenas oficinas, mas os artífices eram empregados por patrões que possuíam as máquinas e as matérias-primas. Em 1811, os operários das meias queixaram-se de que os patrões estavam lançados no mercado quantidades excessivas de produto ao mesmo tempo barato e vistoso, e, para se manterem em concorrência, diminuam os salários, tornando dura a vida dos operários. Estes pediam o regresso aos métodos tradicionais de produção e venda e às tabelas anteriores de pagamento e serviam-se do terror como principal argumento. Estavam tão bem organizados que se podia pensar que um único cérebro planejava todos os movimentos contra os industriais. (HENDERSON, 1979, p. 178).

Assim, a solução seria a destruição das máquinas nas indústrias, razão por que se organizavam para invadir fábricas e destruir todo o maquinário existente.

Rapidamente, o governo inglês se mobilizou no sentido de impedir que esse tipo de ação continuasse, o movimento foi disperso e alguns líderes foram presos, julgados e condenados à pena de morte. Outro movimento desse período foi o cartista, que recebeu esse nome porque as reivindicações ligadas ao

operariado eram apresentadas em cartas distribuídas e enviadas às autoridades: cartas, petições e abaixo-assinados no quais se exigiam reformas urgentes tanto no tocante às condições de trabalho da população quanto à possibilidade de representação desses trabalhadores diante do Estado.

A mais famosa dessas cartas é a People's Charter (Carta do Povo, 1837), na qual exigiam coisas como: sufrágio universal, voto secreto, elegibilidade dos não proprietários, renovações anuais do Parlamento, subsídio para os parlamentares, entre outras coisas – pontos inaceitáveis para a maior parte do Parlamento inglês, composto principalmente de aristocratas e burgueses.

Não podemos esquecer que, muito embora as relações feudais já tivessem sido superadas, o patronato inglês ainda dominava seus empregados de “servants” (servos), portanto não os reconheciam como cidadãos de igual estatuto jurídico. Por isso mesmo, as comissões de arbitragem – criadas por lei, na tentativa de possibilitar negociações entre as partes – eram claramente sabotadas pelos patrões, que não aceitavam se sentar à mesa para negociar com os “servos”.

A comissão da Carta do Povo resultou de um processo que mobilizou os trabalhadores em toda a Inglaterra, recebendo mais de um milhão de assinaturas. O Parlamento se recusou a discutir as demandas e movimentos de resistência foram desencadeados em todo o país, como resultado, houve novas prisões, novos julgamentos e muitas execuções. Ainda assim, o movimento não foi desarticulado e, por volta de 1848, uma segunda petição com propostas menos radicais foi enviada ao Parlamento. Nela – que contava com quase 3,5 milhões de assinaturas – os trabalhadores exigiam aumento de salário e redução da jornada de trabalho, tendo novamente resultados inócuos.

Essas experiências fracassadas levaram a classe trabalhadora para posições mais radicais, uma vez que a percepção era de que os meios convencionais/ formais de reivindicação não estavam abertos à sua participação. Começaram então a surgir propostas que para além das questões ligadas ao trabalho, levantaram importantes pontos com relação à própria organização do Estado. Aos poucos, o movimento deu origem às tarde unions, nas quais os trabalhadores reunidos discutiam problemas referentes à sua situação na sociedade. Elas foram responsáveis por inúmeras greves que ocorreram no período. Dessas trades surgiram, mais tarde, os sindicatos (segunda metade do século XIX). Agora de forma mais organizada e politizada, as ações passaram a fazer parte de uma agenda que, em muitos casos, tinha como proposta a reformulação do Estado como um todo e não só das condições de trabalho. Várias teorias sociais passaram, então, a pautar a ação desse operariado reunido e organizado.

Entre as teorias está o socialismo utópico, corrente teórica que se originou no pensamento de Robert Owen, Saint Simon, Charles Fourier, entre outros. O nome da teoria se baseia na obra de Thomas More, Utopia, pois tem como objetivo a construção de uma sociedade ideal na qual o final da desigualdade seria alcançado por meios pacíficos e boas práticas. Para eles, o socialismo era o destino da sociedade e seria

conquistado de forma lenta e gradual, sem a necessidade de ações mais radicais por parte dos trabalhadores. Em uma tentativa de demonstrar na prática o que propunha, Robert Owen aplicou em algumas de suas fábricas os princípios por eles pregados, aumentando os salários, diminuindo a carga de trabalho, e providenciando moradias para seus trabalhadores, entre outras coisas.

Entretanto, como essa experiência não teve muito sucesso, Owen terminou desacreditado e com problemas financeiros.

Outra corrente teórica que buscou resolver os problemas enfrentados pelos trabalhadores na Inglaterra e fora dela foi o anarquismo. Para os anarquistas, as sociedades deveriam se organizar pelo agrupamento de indivíduos em cooperação, livres e autônomos. Para eles, a auto-organização garantia a coesão da sociedade e, por isso mesmo, todas as instituições tradicionais seriam abolidas, visto serem desnecessárias. Pautados na ideia de que os indivíduos têm uma série de direitos naturais, os anarquistas afirmavam que a autonomia deles deveria prevalecer sobre a coletividade, por isso acreditavam na autorrepresentação e na ação direta dos indivíduos. Eles apontavam claramente os preconceitos sociais, os quais diziam ser responsáveis pela incapacidade de reflexão e de crítica que acompanhava as sociedades, criticavam as instituições tradicionais, como família, monogamia, princípios religiosos, entre outras coisas; propunham a educação como forma de emancipar os indivíduos e apostavam fortemente nela como transformadora das sociedades; acreditavam ainda na constituição de uma sociedade global, não mais cerceada pelos Estados e suas fronteiras, mas na qual todas as pessoas pudessem circular livremente. Entre seus teóricos, encontram-se Godwin, Proudhon, Bakunin, Kropotkin, entre outros.

Conclui-se, que no contexto industrial inglês, a luta da classe trabalhadora foi fortemente aguçada em busca de seus direitos. A classe do proletariado reivindicava salários justos pelos serviços prestados aos patrões nas fábricas, como uma carga horária menos extensa e decente de acordo com a realidade e com as condições humanas dos operários, assim como, oportunidades de igualdade na sociedade, e melhores condições de vida nas cidades, (alimentação, educação, moradia, saúde, saneamento básico, salário), entre outras reivindicações da classe trabalhadora.

3. METODOLOGIA

Na procura de compreender o processo da Revolução industrial na Inglaterra, assim como, verificar os fatos marcantes da Revolução, os quais foram capazes de modificar completamente o cenário do país no período da Idade Moderna. A realização e conclusão do artigo científico, baseou-se em pesquisa bibliográfica, realizada em escola e biblioteca pública do município de Bela Vista da Caroba-Pr, assim como de pesquisa na biblioteca Universitária da Faculdade Internacional de Curitiba - no Polo Uninter de Realeza - PR. Onde, utilizou-se de (livros, obras de diversos autores, artigos científicos, revistas, jornais, dicionários entre outros). Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica:

“[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

Na pesquisa identificou-se, que o processo de Industrialização na Inglaterra, surgiu por vários fatores, sendo que o estopim foi à economia quebrada do país, a qual estava muito desgastada, frágil e não teria como o país evoluir se continuasse com a economia de subsistência a qual já prevalecia anos já Inglaterra, baseada no sistema dos senhores feudais, os grandes latifundiários. Com base nesse contexto fragilizado, os poucos burgueses que viviam na cidade, iniciaram o processo industrial. A pesquisa bibliográfica como citada acima, foi realizada com base em material bibliográfico referente ao assunto abordado, analisado em escritos meramente aprofundados, sob a visão de vários autores, assim como, em suas obras. Na busca por obter respostas aos questionamentos suscitados pela consecução das metas estabelecidas, optou-se pelo estudo de natureza qualitativa.

O estudo de natureza qualitativa possibilitou um aprofundamento significativo e construtivo sobre a abrangência da Revolução Industrial, nos diversos contextos sociais, e até hoje, na Idade Contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento do trabalho científico, verificou-se, que a Revolução Industrial iniciou na Inglaterra – Reino Unido. A Inglaterra foi pioneira no processo industrial, pois possuía muitos recursos para isso, como, minas de minério de ferro e carvão.

Com o passar do tempo, o processo industrial se espalhou por toda a Europa, tendo consequências marcantes na história da sociedade inglesa, durante a Idade Moderna.

Voltando um pouco mais na história, pode-se observar que na Inglaterra, no período da Idade Média os trabalhadores viviam no campo, de pequenas produções de artesanatos produzidas pelas famílias trabalhadoras, sendo que o processo de trabalho era realizado na casa dos trabalhadores, os quais não precisam se deslocar de suas propriedades rurais, para cumprir com suas tarefas, sendo esse processo chamado de (Sistema Doméstico), por se tratar de ser um trabalho caseiro, do lar.

Mas, com a chegada do Estado Moderno, na Idade Moderna, a burguesia industrializou, e o trabalho antes doméstico, passou a ser realizado nas grandes fábricas, em galpões, sob o olhar e o regime ideológico da classe burguesa. A Revolução industrial na Inglaterra foi revolucionária, graças às máquinas a vapor que os ingleses construíram, e com o passar do tempo, os mesmos foram modificando, reinventando e alinhando as máquinas, na busca por uma aceleração na produção que visasse lucros de imediato. As

máquinas a vapor revolucionaram o modo de produção da sociedade inglesa, sendo que a Inglaterra foi o país que se destacou no processo da Revolução Industrial no final do século XVIII.

Não há como negar, que o processo de industrialização, gerou um crescimento acelerado na produção e um desenvolvimento de vilas, e alojamentos no espaço urbano, assim como modernizou o processo econômico. Nota-se ainda, que o processo de globalização, jamais existiria contemporaneamente em nossa sociedade, caso não tivesse ocorrido a Revolução Industrial na Inglaterra na Idade Moderna. A globalização é sem dúvidas, um processo de integração econômica mundial, sendo que este processo acontece com a abertura do comércio internacional, obviamente, a globalização é um avanço capitalista, um sistema econômico.

O cenário rural/ agrícola foi transformado em urbano e industrial, onde a população foi retirada de suas terras para residir e trabalhar nas fábricas. A industrialização trouxe sim alguns benefícios materiais, mas por outro lado, essa mesma industrialização, causou um grande número de problemas, que infelizmente, deixou marcas, tristezas e exploração do trabalho, como é o caso do trabalho infantil nas fábricas.

Contudo, a Revolução Industrial trouxe também, miséria e uma profunda desigualdade social no sistema jurídico e econômico. Os trabalhadores camponeses, que antes da Revolução Industrial, viviam da produção agrícola e pequenos artesanatos, viram-se obrigados a deixar as terras as quais cultivavam seu sustento e ir para a cidade desenvolver o trabalho nas fábricas. O tema abordado resultou em reflexão, análise da fase de imigração do campo - para a cidade, assim como, de um aprendizado estruturado, significativo e qualitativo em questão á problematização apresentada no processo de Revolução Industrial nas fábricas durante a Idade moderna.

Portanto, pode-se concluir que o trabalho nas fábricas na Inglaterra, foi totalmente desumano, injusto, miserável para com a classe do proletariado. Como analisado, trabalhadores da classe operária não tinham nenhum direito trabalhista.

Não existia lei alguma que protegesse os trabalhadores enquanto pessoa humana, digna de valores, de moradia de qualidade, remuneração, garantia e proteção em casos de doenças, acidentes, tempo de serviço, carga horária trabalhada, hora extra, entre outros. O proletariado, não tinha nada, não tinha casa decente para morar, mas sim albergues imundos, nos quais chegavam a dormir até 20 pessoas no mesmo espaço, sem acesso á educação, as crianças eram obrigadas a trabalhar junto com sua família nas fábricas, para garantir apenas o sustento da família, contando com uma jornada de 16 horas de trabalho, sem ao menos ter acesso à saúde, a uma alimentação de qualidade, vestes e calçados dignos entre outros.

É frustrante a situação de tortura e miséria da classe do proletariado na Inglaterra na época Moderna, sendo que as pessoas trabalhadoras foram as que mais sofreram e sentiram na pele, as consequências de

uma era de revoluções, que afetou com mais ênfase, a classe que mais necessitava de apoio e auxílio.

Referências

BEAUD, M. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENGELS, F. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1986

FEITOSA, Samara. **Da Revolução Francesa até nossos dias**: um olhar histórico/ Samara Feitosa. Curitiba: InterSaberes, 2016. Bibliografia. ISBN 978-85-5972-098-3

FERREIRA, Ana Paula Lopes. **Relações Internacionais na Idade Moderna**: um panorama histórico/ Ana Paula Lopes Ferreira, Leonardo Mécher. Curitiba: InterSaberes, 2015. Bibliografia. ISBN 978-85-443-0338-2

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica á racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

HENDERSON, W. O. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC/Livros Técnicos e Científicos. Editora, 1986.

HOBSBAWM M, E. J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.v.1.

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões?). In: Gorz, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 37-77.

MONTELLATO, Andrea Rodrigues Dias. **História temática**: O mundo dos cidadãos, 8º série/

Montellato, Cabrini, Catelli. – São Paulo: Scipione, 2002. – (Coleção Histórica temática)

THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, T. T. (Org.). **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.p.54-93.

Site Consultado:Klick Educação -- Jornalismo Educativo
<http://www.klickeducacao.com.br/2006/enciclo/encicloverb/0,5977,IGP-415,00.htvo ml>

[1] Graduada em Pedagogia pela Faculdade Internacional de Curitiba – PR, (FACINTER), Graduanda de Licenciatura Plena em História (FACINTER), Especialização em Educação Especial e Inclusiva (FACINTER), Especialização Docência no Ensino Superior (Faculdade de Educação São Luís), Pós-Graduada em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (FACINTER)

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO CONHECIMENTO

NC: 11032 - ISSN: 2448-0959

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/revolucao-industrial-na-inglaterra>

www.nucleodoconhecimento.com.br